

d) Sendo o contrato celebrado entre Afonso e a outra parte composta por Pedro e Sara, noivos e não casados. ~~(casados)~~ Não havendo dados suficientes para se saber se apenas Pedro terá ficado vinculado à obrigação de pagamento das prestações, ou se Sara terá ficado igualmente vinculada, ou até se esta pagaria a Pedro que posteriormente pagaria a Afonso, não podendo dizer qual o regime aplicável ou a solução mais adequada.

Mas certo é que, em circunstâncias normais, o pagamento das quotas prestações mensais deveria ser efectuado segundo juízos de equidade.

Disciplina: T E O R I A G E R A L D O D I R E I T O
P R I V A D O

Nome: ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

Ano Lectivo: 2012 - 2013 Data: 2013 - 01 - 15

Classificação 10 (dez) pontos

Assinatura do Professor 

II

Augusto tem 19 anos, é portanto maior de idade e dispõe de plena capacidade de exercício dos seus direitos. Encontra-se, porém, desaparecido. Cabe neste caso enunciar o regime jurídico da ausência, que se revela a situação de ignorância total do paradeiro de uma pessoa, neste caso Augusto, pelo seu desaparecimento sem notificação. Tendo o mesmo deixado bens que careçam de administração como o automóvel e o imóvel, e havendo necessidade de prover a administração destes - a inspecção do primeiro e o arrendamento do segundo - deve ser nomeado pelo tribunal curador provisório, caso Augusto não tenha deixado representante legal ou procurador (artigo 89º, número 1).

Segundo o artigo 91º, têm legitimidade para requerer a curadoria provisória o Ministério Público ou qualquer interessado, podendo ter sido Beatriz a fazê-lo neste caso, por ser irmã de Augusto e ter legítimo interesse na protecção do património do ausente, já que mostra a intenção de fazer algo em relação à situação, não sabendo o quê exactamente, aqui fica uma hipótese.

Nos termos do artigo 92º do Código Civil, a curadoria provisória deve ser deferida ou ao cônjuge do ausente, a herdeiro presumido ou a interessado na conservação dos bens, não se sabendo, neste caso, a quem foi deferida exactamente.

Quanto aos direitos e obrigações do curador provisório, este encontra-se sujeito ao regime do mandato geral (artigo 94º, número 1). É da sua competência requerer os procedimentos cautelares necessários e intentar as acções que não possam ser retardadas sem prejuízo dos interesses do ausente (artigo 94º, número 2), por isso podendo levar o carro à inspecção.

O negócio do arrendamento do imóvel de Augusto por parte do seu curador

provisório cabe na letra do artigo 94º, que nos seus números ~~(2)~~ 3 e 4 estipula que a alienação ou oneração de bens imóveis pelo curador só é permitida mediante autorização judicial, na medida em que justifique a não deterioração ou ruína do bem, a salvação de dívidas do ausente, o financiamento de benfeitorias necessárias ou úteis ou a ocorrência de outra necessidade urgente.

Sendo a locação (arrendamento de coisa imóvel) um acto de administração ordinária (1024º), abrangido pelo regime de mandato geral (1159º, nº 1) a que se submete o curador provisório, constatamos que estava ao seu alcance.

Neste caso, a proposta do montante de renda carece de aceitação por parte de X, aceitação tácita pela entrega de um cheque de valor correspondente a dois meses de renda, mostrando a intenção de aceitar a proposta. Não obstante, o contrato não fica concluído enquanto as partes não acordarem em todas as cláusulas que considerem necessárias (artigo 232º).

Nos termos do artigo 1039º, o ~~(2)~~ pagamento da renda deve ser efectuado no domicílio do locatário (curador provisório), se as partes não tiverem fixado outro regime.

3.5

I

e) Afonso, de 17 anos, por isso menor de idade, carece de capacidade para o exercício de direitos. Ao abrigo do artigo 127º, são excepcionalmente válidos os negócios jurídicos relativos à profissão, arte ou ofício que o menor tenha sido autorizado a exercer, e ~~(2)~~ os praticados no exercício dessa profissão, arte ou ofício, neste caso a gestão da loja do seu tio Albuquerque, podendo celebrar contratos daquele valor *1

a) Pedro decide comprar a espada (coisa principal). Acordada a venda, Pedro exige também a entrega da bainha, alegando que a espada fica incompleta sem ela (coisa acessória). A bainha é considerada pertença pela sua afectação por forma duradoura ao serviço ou ornamentação da espada. Segundo o número 2 do artigo 210º, os negócios jurídicos que tenham por objecto a coisa principal não abrangem as coisas acessórias, salvo declaração em contrário. Como a venda já tinha sido acordada ~~(2)~~, Pedro não tem razão.

3.5

b) A formação da vontade negocial de Pedro encontra-se viciada, segundo o artigo 251º, por erro sobre o objecto do negócio (espada), pensando este que a mesma teria pertencido a D. Dinis, o rei, e não ao avô D. Dinis

de Albuquerque. Nos termos do mesmo artigo, o negócio é anulável desde que o declaratório conhecesse ou não devesse ignorar a essencialidade, para o declarante, do elemento sobre que incidiu o erro. ~~(2)~~ Albuquerque não tem conhecimento dessa mesma essencialidade pois nem sequer estava presente no momento de conclusão do negócio jurídico, acordado, na sua vez, pelo seu sobrinho Afonso.

Não obstante, e segundo o número 2 do artigo 236º, sempre que o declaratório conheça a verdade real do declarante (Pedro), é de acordo com ela que vale a declaração emitida. Sabendo que Pedro só tinha comprado a espada por ela ter sido do rei D. Dinis (verdade real prevalece), poderia o negócio ser anulado. A declaração de anulação tem efeito retroactivo, devendo ser restituído o preço (289º nº1).

c) A vontade negocial de Pedro encontra-se viciada, na sua formação, por erro qualificado por dolo, pela sugestão ou artifício empregue com a intenção ou consciência de induzir ou manter em erro o autor da declaração, ou seja, não obstante a ~~(2)~~ denominação «esmeralda» da bainha estar associada ao nome da avó, o seu adorno com uma grande pedra vende falsa leva a crer que se tratava de uma esmeralda verdadeira; segundo o número 1 do artigo 253º. Pelo número 2 do mesmo artigo, concluímos que não constitui dolo ilícito, quando enquadrado legitimamente segundo as concepções dominantes no comércio jurídico, quando nenhum dever de elucidar o declarante resulta da lei, de estipulação negocial ou das próprias concepções. O efeito do dolo é a anulabilidade da declaração negocial por ele viciada (254º).

Colocar-se aqui a hipótese da proveniência do dolo de terceiros (Albuquerque). Podia ter sido o seu tio o «inventor» da denominação «bainha da esmeralda» e respectivo adorno com a grande pedra verde. Neste caso, o negócio jurídico poderia ser anulado em relação ao beneficiário do direito adquirido por virtude da declaração negocial de Pedro (254º, número 2). A declaração de anulação do negócio jurídico tem efeito retroactivo, devendo ser restituído tudo o que tiver sido prestado (289º nº1).

1.5

*1

Apesar do negócio jurídico ser válido e produzir os respectivos efeitos jurídicos, Albuquerque poderia reclamar a devolução da espada através da anulação do acto do menor, mediante requerimento daqueles com legitimidade para o fazer, enquadrados no número 1 do artigo 125º.